
Mulheres sem mordaza X tropa de choque: estratégias de lutas políticas no contexto das greves policiais no estado do Paraná (Nota prévia)

HILDA PÍVARO STADNIKY

Resumen

A categoria aqui denominada de *mulheres sem mordaza* ganhou visibilidade nacional ao assumir a tarefa de defender a bandeira de reajuste salarial dos maridos policiais e proibidos de manifestar-se em movimentos grevistas. As mulheres revelaram práticas políticas até então inusitadas, que podem ser tomadas como novas formas de manifestação de cidadania ou atributos políticos do feminino no âmbito das relações de gênero. Destacamos as marcas de sensibilidades femininas na apropriação e uso de espaços urbanos estratégicos à segurança pública, que acabaram por imprimir novos comportamentos e tramas de resistência das protagonistas em cena e o enfrentamento da tropa de choque da Polícia Militar do Paraná.

Palabras clave

Mulheres – relações de gênero – atributos do feminino – resistência – cidadania

Abstract

The category here denominated of women without muzzle got national visibility when assuming the task of defending the flag of the husbands policemen's wage adjustment and forbidden of manifesting in movements strikers. The women revealed political practices until then unusual, that can be taken as new forms of citizenship manifestation or political attributes of the feminine in the extent of the gender relationships. We detached the marks of feminine sensibilities in the appropriation and use of strategic urban spaces to the public safety that ended for printing new behaviors and plots of the protagonists' resistance in scene against the riot squad of the military police of Paraná.

Key words

Women – gender relationships – attributes of the feminine – resistance – citizenship



Recibido con pedido de publicación el 16/09/2003

Aceptado para su publicación el 21/02/2004

Versión definitiva recibida el 26/6/2004

Hilda Pívoro Stadniky é docente do Programa de Mestrado de História da Universidade Estadual de Maringá, linha de pesquisa

“Fronteiras, populações e bens culturais”

hilda@onda.com.br

STADNIKY, Hilda Pívoro “Mulheres sem mordaza X tropa de choque: estratégias de lutas políticas no contexto das greves policiais no estado do Paraná (Nota prévia)”, **prohi:toria**, año X, número 10, Rosario, Argentina, primavera 2006, pp. 113-132.

Introdução

Pretendemos discutir a inserção de práticas políticas de mulheres de policiais militares no contexto grevista da polícia militar que se inaugurou no ano de 2001, no Brasil, em novos termos, alcance e proporções. A conjuntura grevista das polícias civil e militar ganhou extensão em vários Estados e obteve desdobramentos inéditos e diferenciados, o que nos possibilita uma divisão do movimento em dois momentos: a fase de maio e a fase julho. No Paraná podemos acrescentar uma terceira fase, ao longo de julho de 2002, marcada pela retomada das questões anteriores. Igualmente, a resposta política dos Estados, palco das greves policiais, foi diferenciada, proporcionando desdobramentos distintos, com nível de intervenção e violência variado.

Essa categoria de mulheres, aqui denominadas de *mulheres sem mordação*, ganhou visibilidade no espaço público nacional a partir do momento que assumiu a tarefa de ser porta voz e defender a bandeira de reajuste salarial dos maridos engajados na corporação policial e proibidos pelo regulamento de manifestar-se através de movimentos grevistas. As mulheres, representantes de várias regiões do Paraná, se organizaram em acampamentos em frente dos principais quartéis da Polícia Militar do Estado, revelaram práticas políticas até então inéditas, que podem ser questionadas e tomadas como inovadoras formas de manifestação de cidadania ou novos atributos políticos do feminino.¹ Podem ser vistas, ainda, como novas expressões de sensibilidades femininas reveladas publicamente e que refletem usos inusitados de determinados espaços urbanos, quer do interior quer da capital do estado.

Podemos questionar, ainda, a natureza destas formas de manifestação e lutas das mulheres no âmbito militar e analisar o nível de seu envolvimento político junto aos demais setores organizados da sociedade, a exemplo, partidos políticos e sindicatos das mais diversas categorias.

As fontes para tal discussão são os jornais escritos e televisionados,² cujas imagens são ilustrativas do poder de manifestação, confronto e resistência dos agentes históricos

¹ Interessante discussão acerca da cidadania está presente em BONACCHI, Gabriela y GROPPi, Ângela –orgs– *O dilema da cidadania. Direitos e deveres das mulheres*, Editora da Unesp, São Paulo, 1995. Tradução de Álvaro Lorencini. Em boa medida, em *Only paradoxes to offer*, cuja publicação primeira data de 1996, pela Harvard University Press, Joan W. Scott retoma a trajetória de militantes feministas francesas ligadas diretamente à representação política e à luta pela cidadania das mulheres. Consultar SCOTT, Joan Walach *A cidadã paradoxal. As feministas francesas e os direitos do homem*, Editora Mulheres, Florianópolis, 2002. Tradução de Elvio Antonio Funck.

² No processo de crítica interna de tais fontes há que se considerar aspectos importantes: que o controle da mídia em mãos de grupos políticos impede a diversidade de pontos de vista e acesso pulverizado de informação de qualidade, a diversidade editorial sofre, abafa a cobertura original, utiliza cópia padrão do conteúdo das agências nacionais ou locais e das empresas controladas pelo mesmo grupo, notícias reais são suprimidas, freqüentemente filtram notícias legítimas, seja pela censura direta de donos e editores ou por meio de autocensura por parte dos jornalistas, falta de transparência e abertura permite que interesses políticos e governamentais sejam reproduzidas para a opinião pública. Em boa medida, o recente movimento internacional pela democratização da mídia prioriza a diversidade no lugar da monotonia, o controle cidadão no lugar da escolha corporativa, o desenvolvimento cultural no lugar do lucro, e o discurso público no lugar das relações públicas.

sem mordanças diante do poder do Estado objetivado através dos coturnos e escudos da tropa de choque, que incorpora também policiais femininas. Somam-se a elas as entrevistas com as mulheres, expressões da participação feminina na resistência e no enfrentamento final com os 700 soldados da tropa de choque do Batalhão da Polícia Militar do Paraná.

A produção acadêmica mais recente tem realçado as especificidades históricas da formação da polícia civil e militar no Brasil. De igual modo, em um paralelo com as corporações policiais de alguns países europeus, particularmente a Inglaterra, e Estados Unidos, ela tem destacado a trajetória de mudanças ao longo do século XX que redefiniram seu perfil, papel e forma de inserção na sociedade.³

No caso brasileiro, há uma somatória de elementos que se conjugam, fazendo com que questões básicas se apresentem na forma de fatores que ajudam a ampliar o foco da questão no presente. Historicamente, no Brasil, as polícias civil e militar ocuparam espaços paralelos, embora específicos, nos assuntos pertinentes à segurança pública. Isto resultou em corporações com estruturas próprias em função da diferenciação de atribuição, alçada, circunscrição e da carreira. A polícia militar, a que particularmente nos interessa, deve subordinação ao exército, estruturando-se hierarquicamente nos seus moldes e submetendo-se aos imperativos legais que regulam a vida militar.

Em boa medida, a precariedade da cultura política dos policiais militares deriva daquela subordinação e se explica pela não sindicalização da categoria. A história recente do país tem revelado uma corporação policial militar atenta às questões políticas e preocupada em implementar mudanças nos respectivos Regimentos Disciplinares Estaduais, visando a flexibilização de normas relativas ao exercício da cidadania política.

Na medida em que os policiais militares têm se perfilado na defesa de tais reivindicações, a pauta de suas demandas passou a contemplar outros itens. As condições de trabalho, a remuneração e o plano de carreira têm sido objeto dos novos discursos cujas reivindicações ultrapassaram os muros dos quartéis. A isto se soma a questão da paulatina e rápida privatização da segurança pública por meio da armadilha do segundo emprego.

Entretanto, as normas do regimento disciplinar e a divisão da carreira em segmentos isolados são aspectos importantes para explicar os limites impostos à politização dos discursos e às práticas reivindicatórias dos policiais militares. Estes são impedidos de participar de manifestações públicas, de sindicalizar-se e de promover greves, de modo que a corporação deve manter-se avessa aos movimentos sociais que poderiam comportar suas aspirações políticas e sociais.⁴

Ao elencarmos tais fatores limitadores à inserção política dos policiais militares nos movimentos de cunho reivindicatório, pretendemos chamar a atenção para uma conjuntura marcada por aspectos inéditos ao longo dos anos de 2001 e 2002. Em primeiro lugar,

³ Indispensável consultar BRETAS, Marcos Luiz *Ordem na cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*, Rocco, Rio de Janeiro, 1997. Tradução de Alberto Lopes.

⁴ Consultar GOHN, Maria da Glória *Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*, Edições Loyola, São Paulo, 1997.

inaugurou-se um cenário de movimentos grevistas que atingiram vários estados e, em segundo lugar, policiais civis e militares marcaram presença e participação conjunta. Os desdobramentos de tais greves, bem como as soluções dadas ao impasse da segurança pública, foram distintos. Isto nos levou a identificar duas fases na conjuntura grevista nacional, desdobradas nos meses de maio e julho de 2001.

Contudo, o aspecto mais inusitado ficou por conta da experiência impressa pelo movimento de mulheres de PMs do Paraná, única na sua dinâmica e organização. Os desdobramentos de tais movimentos no Paraná contemplaram três fases, sendo que as duas primeiras (maio e julho de 2001) estiveram em sintonia com as greves de policiais de outros estados e delas o governo paranaense apropriou-se dos instrumentos de enfrentamento, ancorado na truculência,⁵ como veremos ao longo da discussão.

O texto aqui apresentado é recorte de uma pesquisa mais ampla, que abarca todas as fases do movimento das mulheres de PMs no Paraná, e tem o caráter de nota prévia.⁶ Ora, nossa proposta se restringe à análise do movimento de julho de 2001 (segunda fase) e sujeita-se aos impasses teóricos e metodológicos de temas e problemas da história do tempo presente. A terceira fase, própria do movimento do Paraná, foi o desdobra das etapas anteriores e eclodiu em setembro de 2002, sustentando as mesas reivindicatórias. A solução derivou de entendimento e acordo com o governo do Estado que, através de mensagem à Assembléia, propôs reajuste salarial à categoria e a ser pago em parcelas.

Desdobramentos dos protestos de mulheres de PMs: cronologia e iconografia

Decorridos quase 60 dias após o encerramento dos protestos que paralisaram por uma semana vários quartéis da PM do Paraná (primeira fase-maio 2001) e das negociações com o governo do Estado, mulheres de policiais militares voltaram a se manifestar em 16 de julho. Acampadas, elas passaram a noite em frente ao quartel-geral da PM, em Curitiba, e impediram a troca de turno da manhã. Além da reivindicação da ampliação da gratificação especial para os policiais, acrescentam novo argumento para a manifestação, pois as mulheres alegam que muitos PMs foram punidos devido aos protestos anteriores.⁷ As mulheres

⁵ Estamos nos referindo à greve dos policiais militares de Tocantins. Cabos e soldados da PM tomaram com as famílias o quartel do 1º Batalhão em um movimento iniciado em 22 de maio de 2001 e encerrado em 12 dias. O movimento foi marcado por um clima de grande tensão e resultou num confronto com tropas do Exército que promoveram o cerco do quartel, sem que as reivindicações fossem atendidas.

⁶ Uma discussão sobre “as mulheres sem mordação no contexto das greves policiais no Brasil, ao longo de 2001, (primeira fase)”, foi originalmente apresentada no *III Congresso Europeo de Latinoamericanistas* (Amsterdã-2002) “Cruzando Fronteras em América Latina”, junto do GT “Homens, mulheres e desenvolvimento político”, sob coordenação de Dra. Marta Zabaleta. A divulgação dos primeiros resultados, na forma de cronologia e iconografia do movimento de mulheres de PMs, foi recebida com a conotação de denúncia das práticas truculentas do governo do Estado do Paraná, contraditórias, portanto, com a imagem internacional do estadista em questão.

⁷ “Mulheres de PMs voltam a protestar”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, 17 de julho de 2001. Na realidade. Inúmeros foram os depoimentos no interior do Estado, denunciando a variedade de punições aplicadas. Desde a alteração das escalas de férias de policiais previamente aprovadas, mudanças nas escalas de turnos,

retomaram, portanto, a prática de impedir a entrada e saída de soldados no quartel, sendo que o quartel da PM de Paranaguá também foi bloqueado pelas esposas de militares.⁸ A perspectiva era a reabertura das negociações com o governo do Paraná. Contudo, o secretário de Segurança Pública, José Tavares, antecipou-se e ressaltou que “é impossível qualquer aumento”.⁹

O movimento de mulheres de policiais militares ganhou força em Curitiba com a chegada de 50 manifestantes do interior e litoral do Estado que se juntaram ao acampamento nas entradas do quartel do Comando Geral e do setor de abastecimento de viaturas da PM.¹⁰ Na estimativa do movimento, cerca de 500 mulheres eram esperadas para engrossar a manifestação. Não estava prevista qualquer iniciativa que comprometesse o policiamento até o fim do prazo dado para que o governo se pronunciasse quanto às reivindicações. “Mas o governo está muito quieto, não se manifesta”, reclamava Mari Santos, apontada como uma das líderes do movimento. Mari adianta que se o governo continuar se omitindo, a greve vai ser inevitável.¹¹

Ao se incorporar novo item na demanda do movimento, o fim das punições impostas a cerca de 500 policiais em todo Estado que participaram da paralisação anterior, encerrada em 21 de maio, adquiriu a conotação de denúncia de represálias.¹² Ao renovar as reivindicações de melhorias salariais e trabalhistas aos seus maridos, mulheres prometem

comprometimento da qualidade das refeições servidas, maior rigor na censura imposta à corporação, até detenção de soldados nas próprias guarnições em consequência de simples suspeita de simpatia e apoio ao movimento. Tais denúncias vieram a público através das vozes femininas, exclusivamente, e isto revela, não só o clima inquiridor que se instalou, mas, sobretudo as condições reinantes no aparato militar.

⁸ “Policiais discutem mobilização no RS”, *Correio do Povo*, Porto Alegre, 17 de julho de 2001. Repercussões da conjuntura reivindicatória dos policiais civis e militares se fazem sentir em vários estados. A Federação das Entidades de Classe da Área de Segurança Pública do Rio Grande do Sul se reúne para discutir a política salarial das categorias que compõem a segurança pública e a organização de um possível movimento de civis e militares no Estado. O encontro deve resultar no agendamento de uma assembléia geral da categoria. Contudo, a forma assumida de “movimento de mulheres de PMs” tem sua originalidade de iniciativa no Paraná.

⁹ “Mulheres de PMs passam a noite diante de quartel”, *Gazeta do Povo*, Curitiba, 16 de julho de 2001.

¹⁰ No setor nenhuma viatura fez o abastecimento, quando o normal é realizar cerca de mil abastecimentos diários. “Somos favoráveis ao movimento, mas se não compareço ao quartel, sou dado como desertor e a minha situação complica”, declarou um tenente ali presente. Cf. “Movimento das mulheres de PM ganha reforço”, *Folha de Londrina*, Londrina, 17 de julho de 2001.

¹¹ “Movimento das mulheres de PM ganha reforço”, *Folha de Londrina*, Londrina, 17 de julho de 2001. O presidente da Associação de Defesa dos PMs Ativos, Inativos e Pensionistas, Eliseu Furquim, avalia a mobilização como uma represália à atitude do governo em relação à categoria. “O objetivo é o protesto, mas não descarto a possibilidade de greve”, disse. Segundo a Associação, há 18 mil policiais ativos e 5 mil reservistas em todo o Estado.

¹² O tenente Assunção, do Comando Geral da PM declarou que “supõe que essas punições tenham acontecido, mas que estariam respaldadas pelo departamento jurídico”. Assunção também não quis divulgar seu nome completo. Cf. “Mulheres de PM fecham mais um quartel”, *Folha de Londrina*, Londrina, 17 de julho de 2001.

tomar atitudes radicais caso não haja acordo. “A população vai ficar sem segurança, mas temos que correr o risco” alertava Mari.

Por sua vez, a Associação das Mulheres de Policiais Militares de Londrina comunicou ao comando da Polícia Militar que a entidade não iria aderir ao protesto em todo o estado, por não concordar com o fechamento de quartéis.¹³ *Mulheres farão protesto* frente ao 5º Batalhão da Polícia Militar de Londrina *de apenas ‘um dia’ em apoio às mulheres de Curitiba e dizem que não irão impedir a entrada e saída de viaturas. Contudo, um grupo dirigiu-se a capital para apoiar o movimento local.* Segundo uma das esposas que coordenam o movimento, “elas pretendem alertar o governo estadual sobre a força da família dos militares, que incluem a polícia militar, rodoviária, florestal e bombeiros”. Esclareceu, do mesmo modo, “que o movimento atual não tinha ligação com a Associação de Mulheres que organizou a paralisação de maio, mas que defendia o fim das punições dos militares”.¹⁴

O movimento de mulheres ganhou nova dimensão a partir do fechamento do 17º Batalhão da PM, em São José dos Pinhais, responsável por 22 municípios da Região Metropolitana de Curitiba. Elas chegaram no início da madrugada de 17 de julho e a estratégia foi permitir a entrada dos policiais, mas não a saída. A cada troca de turno, mulheres tentavam impedir a saída dos policiais, gerando sempre um pequeno tumulto. Elas alegavam que o movimento era um lembrete do término do prazo para que o governo apresentasse proposta de aumento salarial para a categoria e o fim das punições aos militares que participaram dos protestos de maio. Célia Araújo, outra expressão das manifestantes, garantia que o movimento iniciado há três dias não iria impedir a saída dos policiais às ruas, pelo menos até o próximo dia 21, quando se esgotaria o prazo para o governo se manifestar sobre a situação salarial dos policiais. “Se o governo não atender nossas reivindicações, não vai ter policiamento”, reafirmava.¹⁵ Por outro lado, aguardava-se o reforço de mulheres de PMs de Cascavel, Ponta Grossa, Rio Negro e Foz do Iguaçu.

¹³ “Mulheres de PMs em Londrina não vão aderir à manifestação”, *Gazeta do Povo*, Curitiba, 17 de julho de 2001.

¹⁴ O subcomandante do 5º BPM, major Devaldir Amadei, informou que o “comando estava adotando medidas para continuar atendendo bem a comunidade, caso as mulheres fossem para frente do quartel e garantiu que até agora ninguém foi punido pelo Inquérito Policial Militar, ainda não concluído”. Acrescentou que somente o comandante geral da PM, Gilberto Foltran, pode anistiar os PMs que participaram do movimento das esposas e avaliar as reivindicações salariais. Cf. “Esposas de PMs protestam amanhã em Londrina”, *Folha de Londrina*, Londrina, 17 de julho de 2001.

¹⁵ “Mulheres de PM fecham mais um quartel”, *Folha de Londrina*, Londrina, 17 de julho de 2001. Em nota, o governo afirma que “superadas as limitações financeiras, permanece à disposição para o diálogo construtivo”. Informa também que a média salarial da PM teve uma evolução de 116% nos últimos seis anos. Segundo o governo, o salário médio da PM hoje é de R\$ 1.050,53. O valor é contestado pelas mulheres. Segundo Sônia, que preferiu não divulgar seu nome completo por medo de represálias, “o marido, que trabalha há 20 anos na PM e atua como 2º sargento recebe cerca de R\$ 950,00 bruto”. Célia Araújo também contesta os números divulgados pelo governo. “A média salarial é de R\$ 600,00.” Cfr. “Mulheres de PM fecham mais um quartel”, *Folha de Londrina*, Londrina, 17 de julho de 2001.

Em Ponta Grossa, mulheres de PMs recorreram a novo expediente. Cerca de 15 esposas de PMs acamparam, a partir de 17 de julho, acompanhadas de seus filhos então em férias escolares, em frente ao 1º Batalhão da Polícia Militar, responsável pelo patrulhamento de toda a cidade e pelo abastecimento das viaturas. O prédio não foi bloqueado e a estratégia das manifestantes era ir ao centro da cidade tentar convencer os policiais a retornar ao quartel e aderir à manifestação. Contudo, mulheres de PMs e policiais se enfrentaram no final do dia quando as manifestantes tentaram impedir a saída de viaturas do prédio. O episódio se deu em decorrência de denúncia de que o comando da polícia estava abastecendo e retirando as viaturas do quartel, para evitar que a manifestação programada prejudicasse o futuro policiamento na cidade.¹⁶

O movimento, na capital, ganhou novos contornos e passou a ser caracterizado por confrontos corporais e agressões físicas. Duas mulheres de policiais militares ficaram machucadas, no início da tarde de 18 de julho, após um princípio de confronto em frente ao 12º Batalhão da Polícia Militar, no Bairro Santa Quitéria. Algumas mulheres foram pela manhã ao 12º BPM para protestar contra a prisão de quatro policiais, efetivada na véspera, pois alegavam que era punição pela participação no movimento de maio. Apesar de justificarem que não tinham intenção de impedir a entrada e saída de policiais, chegaram a fazer uma barricada com pedras e tijolos, em uma das entradas. Segundo elas, por volta de meio-dia, “o major Esaú Borges de Sampaio, comandante do batalhão, agarrou Izabel Neves e Vânia Zanella pelos braços e derrubou-as no chão, dando ordem para que algumas motos deixassem rapidamente o local. Izabel bateu a cabeça e foi atendida no Hospital do Trabalhador”. Mais à frente, “Romildes também teria sido agredida e, nervosa, acabou desmaiando, sendo recolhida ao Hospital Militar, para exames”.¹⁷

Novos incidentes marcaram a manifestação de mulheres de policiais militares em Curitiba. Na madrugada de 18 de julho elas abordaram o carro de dois policiais do 13º Batalhão, que patrulhavam a área do quartel-central onde estavam acampadas, e tentaram esvaziar os pneus do veículo. Porém, acabaram brigando com os PMs. Crianças e mulheres foram empurradas e uma foi agredida com chutes.¹⁸ Na madrugada de 20 de julho, foi registrado um ato de vandalismo contra um armário do sistema de telefonia próximo ao quartel. O equipamento foi arrombado e fios de pelo menos 1.200 linhas foram cortados. O comando da PM passou a suspeitar que o ato tinha como objetivo interromper o sistema de atendimento do número 190. As mulheres, contudo, negaram a autoria do atentado.¹⁹

¹⁶ “Mulheres de PMs iniciam protesto em Ponta Grossa”, *Gazeta do Povo*, Curitiba, 18 de julho de 2001.

¹⁷ O tenente-coronel Neuri Pires de Oliveira, chefe da Comunicação Social da PM, disse que não houve confronto, mas um bate-boca entre as manifestantes e policiais que iriam sair para o serviço. Segundo ele, seis motos estavam deixando o batalhão, quando Izabel Neves teria tentado correr para impedir a saída. Um capitão teria se colocado em frente a ela, provocando uma queda. De acordo com Oliveira, o major Sampaio acompanhou “de longe” o que estava acontecendo. Cf. “Mulheres de PMs se ferem em piquete no PR”, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 19 de julho de 2001.

¹⁸ “Paraná - Mulheres de PMs feridas”, *O Estadão*, São Paulo, 19 de julho de 2001.

¹⁹ “Movimento das mulheres de PMs ganha reforço”, *Gazeta do povo*, Curitiba, 21 de julho de 2001.

Acrescentaram que haviam recebido ameaças de subalternos de oficiais militares durante a madrugada de domingo no acampamento. “Essa noite, um oficial me empurrou e tentou colocar álcool na barraca”, relatou Sandra Hansen.²⁰

Mulheres de Policiais Militares radicalizaram o movimento pela manhã de 22 de julho, em Curitiba. Revoltadas com o teor da entrevista concedida pelo comandante geral da Polícia Militar, Gilberto Foltran, em duas rádios da Capital, elas murcharam os pneus de uma viatura da PM e a colocaram bloqueando o trânsito nos dois sentidos da Avenida Getúlio Vargas, em frente ao Quartel Geral da PM, gerando um congestionamento no centro da cidade.²¹ O momento mais tenso do dia aconteceu quando agentes do Batalhão de Polícia de Trânsito e da Diretoria de Trânsito tentavam orientar o caótico trânsito na região. As mulheres empurraram os agentes obrigando-os a saírem do local e prometeram que iriam liberar o trânsito apenas depois que houvesse uma negociação com o governo.

“Há nove dias estamos acampadas, mas não vão conseguir enfraquecer nosso movimento. Se o governo prometer que vai reajustar o salário dos nossos maridos em 38% a partir do ano que vem, levantamos acampamento agora. Caso contrário ficaremos aqui e não deixaremos ninguém passar, ameaçou Roseli Maia”.²²

Um transtorno extra resultou do comprometimento da elaboração da folha de pagamento da PM, para o mês de julho, pois as alterações na folha são processadas mensalmente no departamento financeiro do Quartel Geral, do bairro Rebouças, onde as mulheres estavam acampadas, sem permitirem que se trabalhasse no local. A folha deveria incorporar no mês de julho as alterações salariais de 650 policiais militares beneficiados com o aumento de 130% sobre o soldo (para os que trabalham internamente nas penitenciárias) e 60% (para os que trabalham do lado de fora dos presídios). Do mesmo modo, os policiais que tinham direito às gratificações, férias, pensões ou haviam solicitado empréstimos, receberiam apenas o salário-base do mês por conta da inviabilização da nova folha de pagamento. “As mulheres impediram a entrada dos funcionários no quartel prejudicando os próprios maridos”,

²⁰ “Mulheres de PMs prometem passeata até o Palácio”, *Folha de Londrina*, Londrina, 23 de julho de 2001.

²¹ Pela manhã, o comandante Fontana afirmou durante as entrevistas que tentou por diversas vezes negociar com as mulheres, mas elas mostraram-se irredutíveis. Disse que o governo estava acenando com a possibilidade de pagamento de R\$100,00 para os PMs que fizessem horas-extras e que daria aumento de 130% para os que estão trabalhando internamente nas penitenciárias do Estado. “Só negociaremos com elas se abandonarem o movimento”, afirmou o comandante. “Ele está nos desafiando. O aumento de 130% é para uma minoria. Por isso fechamos o trânsito”, rebateu a mulher de PM, Rosângela de Souza. Quanto às punições aos PMs que participaram de manifestações, informou o Comandante que se forem injustas serão retiradas. “Isso é mentira. Um PM que levou a marmita para a mãe que participava do movimento ficou detido por quatro dias em um quarto isolado, apesar de ter informado ao comandante que a punição era injusta”, rebateu Vania Zanella. Cf. “Mulheres de PMs prometem passeata até o Palácio”, *Folha de Londrina*, Londrina, 23 de julho de 2001. “Mulheres de PMs bloqueiam rua em Curitiba”, *Gazeta do povo*, Curitiba, 23 de julho de 2001.

²² “Mulheres de PMs prometem passeata até o Palácio”, *Folha de Londrina*, Londrina, 23 de julho de 2001.

concluiu o diretor financeiro do Q.G, coronel Justino Sampaio. “Como a folha de pagamento é rodada pela Secretaria Estadual de Administração, o salário dos PMs não ficará comprometido. Mas, como as alterações não puderam ser feitas, o ressarcimento das perdas acontecerá no próximo mês”, explicou o secretário de Administração, Ricardo Smijtk. “O governo quer enfraquecer o movimento fazendo com que a opinião pública fique contra nós. Quer nos culpar pelo problema no pagamento dos policiais este mês, mas a culpa é do governo que não negociou conosco”, retrucou Isabel Neves.²³

Tão logo se iniciou o acampamento de mulheres em Curitiba, a Procuradoria Geral do Estado solicitara ao juiz da Vara da Fazenda Pública para que reconsiderasse a ordem judicial dada no final de maio, durante a primeira manifestação de esposas de PMs.²⁴ O juiz Orestes Dilay determinou a imediata liberação da entrada dos quartéis em todo o Estado. Proferida a sentença, de pronto as mulheres foram intimadas a liberar os portões para que o trabalho dos policiais pudesse ser retomado sem impedimentos. Desde o início do movimento, a troca de turnos na Polícia Militar não era feita. Em caso de resistência por parte das manifestantes, o governo estaria amparado legalmente para usar força policial. “Há uma autorização legal para usarmos a força policial que permite remover pessoas e objetos. Há ainda uma multa diária que incidirá sobre elas”, informou o procurador geral, Joel Coimbra. O procurador ressaltou que a atitude do governo se fez necessária para garantir a segurança pública.²⁵

Concomitantemente, o governador Jaime Lerner, irritado com os coronéis que não conseguiam frear as manifestantes, havia estipulado prazo para que os comandantes resolvessem o impasse. A medida seguinte seria a troca imediata do comando, entre eles o coronel Gilberto Foltran. “Cargo de confiança é cargo de confiança”, insinuou Tavares. O secretário de Segurança afirmou também que o governo iria apelar para ações individuais contra as mulheres. “Já identificamos as mulheres e elas responderão pelos atos que cometeram”, disse Tavares, ao se referir aos bloqueios dos quartéis e destruição de viaturas. O governador Jaime Lerner dava sinais de intolerância ao movimento de mulheres. “Avançamos o máximo que podíamos, mas agora não dá mais para admitir desrespeito. Com serenidade vamos fazer cumprir a lei”, disse Lerner, antes mesmo de saber o conteúdo da sentença judicial. Lerner havia antecipado que o Estado estava tomando medidas na Justiça para sufocar as manifestações.²⁶

A madrugada de 24 de julho foi tensa frente ao Quartel Geral, onde cerca de 70 mulheres estavam acampadas. Uma bomba de efeito moral foi lançada na Avenida Getúlio

²³ “Movimento das mulheres suspende salário de PMs”, *Folha de Londrina*, Londrina, 23 de julho de 2001.

²⁴ A 1ª Vara de Justiça da Fazenda Pública de Curitiba havia determinado a volta imediata ao trabalho dos policiais militares. A liminar, concedida pelo juiz Salvatore Astuti, também estabelecia o pagamento de multa diária de R\$ 100 mil às quatro entidades que representavam os policiais, caso continuassem o protesto. As entidades referidas na ação são Associação de Defesa dos Direitos dos Policiais Militares Ativos, Inativos e Pensionistas (Amae), Sociedade Beneficente de Subtenentes e Sargentos (SBSS), Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar e Associação das Esposas de Policiais Militares do Paraná.

²⁵ “Juiz manda mulheres de PMs desobstruírem quartéis”, *Folha de Londrina*, Londrina, 24 de julho de 2001.

²⁶ “Juiz manda mulheres de PMs desobstruírem quartéis”, *Folha de Londrina*, Londrina, 24 de julho de 2001.

Vargas, em frente ao acampamento. “Não pudemos dormir a noite toda com medo de sermos retiradas brutalmente daqui. Depois que a bomba foi jogada, ficamos circulando pelo quarteirão. Isso que o governo está fazendo conosco é tortura psicológica”, afirmou a mulher de PM, Vania Canassa.²⁷ Segundo Vera Lúcia Rubbo, a bomba foi atirada de um carro branco. “A gente não vai sair daqui, só se for na bala”, disse Sirléia Batista, mostrando pedaços da bomba. Por volta das 10 horas, policiais com capuzes engrossaram a manifestação das mulheres. “Estamos desde o começo e vamos até o final”, afirmou um deles.²⁸

Esposas e policiais haviam programado para este dia um protesto em frente ao Palácio Iguazu, sede do governo estadual, cujo início seria uma passeata a partir do Comando Geral da Polícia Militar. Segundo o planejado, os maridos recolheriam as viaturas nos quartéis e participariam do protesto para tentar uma audiência com o governador Jaime Lerner. Em apoio às mulheres “que estão sofrendo pressões psicológicas”, conforme nota enviada à imprensa, os PMs que estivessem de folga, recolheriam por 24 horas, as viaturas nos quartéis até que se obtivesse uma resposta do governo. Ainda, encapuzados, fariam uma corrente em volta do Quartel e seguiriam em passeata até o Palácio Iguazu, onde promoveriam um *apitaco* de quinze minutos “em homenagem ao governador Jaime Lerner”.²⁹

Em tom de ameaça renovado, o secretário de Segurança Pública prenunciou que se depois da passeata até o Palácio Iguazu as mulheres não deixassem o acampamento, a Polícia Militar iria retirá-las de lá. “Elas que voltem para as suas casas para cuidar de suas vidas. Se decidirem continuar praticando ações reprováveis, a PM vai agir como em qualquer outro movimento irregular”, ameaçou o secretário. “Vamos ficar aqui com nossas crianças e mulheres grávidas. Não queremos transformar isso aqui em uma praça de guerra. Se usarem de violência para nos retirarem daqui, não vamos reagir. O nosso movimento é pacífico. Só estamos reivindicando os direitos dos nossos maridos”, rebateu Roseli Maia, uma das líderes do movimento.³⁰

Depois de 10 dias acampadas em Curitiba, o último dia de manifestações foi marcado pela incerteza, boataria, barulho e até espionagem. Cerca de 70 policiais militares encapuzados aderiram ao movimento de mulheres para garantir a segurança delas. Eles

²⁷ “PMs encapuzados aderem ao movimento das mulheres”, *Folha de Londrina*, 24 de julho de 2001. Londrina. Houve notícias que indicaram que 7 bombas de festim explodiram na madrugada junto ao acampamento das mulheres de PMs em frente ao Comando Geral da PM. Contudo, nenhuma manifestante ficou ferida. Após as explosões as mulheres discutiram com os policiais que se posicionaram nas sacadas do prédio, vestidos de preto e portando armas numa ação para pressioná-las. Uma das pistas da rua Getúlio Vargas continuava bloqueada entre as ruas Marechal Floriano Peixoto e Santo Antonio. Cf. “Bombas assustam mulheres de PMs”, *Gazeta do Povo*, Curitiba, 24 de julho de 2001.

²⁸ “Mulheres de PMs cancelam protesto no PR”, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 24 de julho de 2001.

²⁹ “Mulheres de PMs prometem passeata até o Palácio”, *Folha de Londrina*, Londrina, 23 de julho de 2001.

³⁰ “PMs encapuzados aderem ao movimento das mulheres”, *Folha de Londrina*, Londrina, 24 de julho de 2001.

participariam da passeata até o Palácio Iguazu, que acabou por ser cancelada. Contudo, a promessa dos PMs intitulados “Abandonados pelo Governo” de recolher as viaturas por 24 horas nos quartéis não foi cumprida. “Não houve grande adesão dos PMs porque o governo ordenou que os policiais que estivessem de folga ficassem aquartelados ou fizessem hora-extra nos presídios”, justificou um policial encapuzado. A notícia que passou a circular entre os manifestantes era de que, saindo de frente do Quartel General em passeata, os encapuzados seriam presos. Sentindo-se ameaçados pelos boatos, junto com as mulheres, apoiados por um caminhão de som, formaram uma espécie de corrente humana em volta do Quartel, gritando palavras de ordem e promovendo um *apitaco*. As sirenes de algumas viaturas que estavam com os pneus murchos foram ligadas. No final, em meio ao choro de várias mulheres, todos cantaram o Hino Nacional e rezaram.³¹

Para conter as viaturas, as mulheres passaram a telefonar para o Batalhão da Polícia de Trânsito e comunicavam a ocorrência de um acidente na esquina das ruas Getúlio Vargas e Alferes Poli. Quando a viatura chegava para o atendimento, elas obrigavam os agentes a deixarem o carro caracterizado em frente ao quartel, onde o trânsito estava impedido em um dos sentidos. “As viaturas vão parar de qualquer jeito, nem que para isso tenhamos que radicalizar”, disse Isabel Neves, líder do movimento.³²

Homens da Polícia Reservada (P2) também contribuíram para o clima de tensão. Infiltraram-se no meio do tumulto –um deles estava disfarçado de bêbado. No meio da tarde, ele e mais dois aproveitaram a desatenção de um encapuzado, de Maringá, cercaram-no e pegaram seus documentos. Os documentos foram recuperados depois que o grupo de manifestantes cercou os P2, no interior de um estabelecimento comercial, de onde foram expulsos em um cenário de muitos empurrões. Contudo, quem roubou a cena na tarde chuvosa foi o soldado Marton, de Londrina, visto caminhando tranqüilamente no meio dos protestos, fardado e com a insígnia. Segundo ele, veio dar apoio ao movimento “de cara limpa”. A polícia está marginalizada. Moramos em favelas. Posso ser expulso por dizer isto sem capuz, mas não vou deixar que me tirem a dignidade”.³³

Entretanto, a adesão dos policiais encapuzados trouxe novos temores às mulheres, pois se receava que a tropa de choque fosse acionada para retirá-las de frente do quartel, o que poderia gerar confronto. “Se insistirem em continuar praticando ações reprováveis, não tenha dúvida que a Polícia Militar vai agir, no estrito cumprimento da lei e manutenção da ordem pública”, ratificou o secretário de Segurança Pública.³⁴ Em contrapartida, no começo da noite, a manifestação de mulheres de soldados da PM ganhou apoio do presidente do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, Narciso Pires. A entidade coletou

³¹ “Mulheres de PMs cancelam protesto no PR”, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 24 de julho de 2001.

³² “PMs encapuzados aderem ao movimento das mulheres”, *Folha de Londrina*, Londrina, 24 de julho de 2001.

³³ “Dia marcado por incerteza, boataria, tensão e espionagem”, *Gazeta do Povo*, Curitiba, 25 de julho de 2001.

³⁴ “Mulheres de PMs cancelam protesto no PR”, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 24 de julho de 2001.

declarações das manifestantes, que se sentiram agredidas pela ação dos companheiros de seus maridos. Todo esse material seria encaminhado ao governador Jaime Lerner. “Não se pode tratar dessa maneira os movimentos sociais”, disse.³⁵ Durante a tarde, o arcebispo de Curitiba, Dom Pedro Fedalto, também tentou intervir para evitar o protesto, reivindicando do governador Jaime Lerner que não fosse realizada a desocupação, para evitar agressões e violência contra as mulheres.

A ação seguinte desencadeada pelo governo do Estado foi acionar a Tropa de Choque e soldados bloquearam a rua onde as mulheres se concentravam, junto à entrada do Quartel Geral da Polícia Militar.³⁶ A área foi cercada pelo Batalhão de Trânsito e, por volta das 18h15, integrantes da Tropa de Choque, de outras unidades e da Polícia Feminina iniciaram a operação de retirada das manifestantes.³⁷ Em clima de muita tensão, mulheres gritavam palavras de ordem, dizendo que não iriam se entregar.³⁸ Depois de fechar as ruas que cercam o quartel, policiais militares da Tropa de Choque, de batalhões e alunos da escola da Polícia Militar começaram a retirar as manifestantes. O clima era de desespero, as mulheres choravam. Cerca de 70 policiais encapuzados encaravam o cordão de PMs, a cinquenta metros de distância – os dois grupos estavam armados. Exatamente às 18h27, com os escudos de choque à frente, os policiais começaram a caminhada em direção aos manifestantes e alguns empunhavam metralhadoras e escopetas.

No início da desocupação, as mulheres deram as mãos e rezaram. Depois, elas pediram aos policiais do Batalhão de Choque que se juntassem ao movimento. Como não houve adesão, a estratégia de algumas foi se deitar no chão para dificultar a retirada. Os policiais avançaram, alguns com armas em punho, para a Rua Getúlio Vargas, empurrando todos os que estavam à frente. Nenhum tiro foi disparado, mas a PM foi firme e rígida, com empurrões. Com um cordão humano fechando a extensão das duas pistas da Getúlio Vargas, empurrou pela via todas as pessoas que estavam entre a Marechal Floriano e a João Negrão. Algumas

³⁵ “Crise na PM: Manifestantes prometem ofensiva”, *Folha de Londrina*, Londrina, 25 de julho de 2001.

³⁶ O mandado judicial obtido pela Procuradoria Geral do Estado autorizava o uso de força policial para remoção de pessoas e objetos que estivessem bloqueando ou impedindo o funcionamento dos quartéis. Toda a operação foi comandada pelo comandante de Policiamento da Capital, coronel Aramis Serpa, e acompanhada pelo comandante geral da PM, coronel Gilberto Foltran. Cf. “Policiais cumprem ordem judicial e liberam portões do Quartel Geral”, *Agência Estadual de Notícias*, Curitiba, 25 de julho de 2001. Setecentos policiais militares e duzentos cadetes deram fim a manifestação das esposas de PMs, no começo da noite. A ação foi o cumprimento de dupla ordem judicial, uma da central de inquéritos e outra da vara da fazenda pública, para desobstruir o Quartel Central, em Curitiba. Cf. “Tropas da PM sufocam movimento de mulheres”, *Gazeta do Povo*, Curitiba, 25 de julho de 2001.

³⁷ Às 17h30, o Bpran fechou os acessos de ruas ao quartel e meia-hora mais tarde chegaram as tropas. Os cadetes chegaram pelo outro lado e isolaram as saídas perpendiculares à rua Getúlio Vargas - do Quartel Central, no Bairro Rebouças. Cf. “Tropas da PM sufocam movimento de mulheres”, *Gazeta do Povo*, Curitiba, 25 de julho de 2001.

³⁸ Houve confusão quando agentes do serviço reservado da Polícia Militar teriam tentado identificar alguns dos soldados encapuzados que apoiavam o protesto, entre os quais havia homens armados. Não houve registro, contudo, de disparos. Cf. “Tropa de Choque cerca mulheres de PMs”, *Gazeta do Povo*, Curitiba, 24 de julho de 2001.

mulheres foram derrubadas, outras desmaiaram, mas os policiais colocaram os escudos à frente e continuaram a avançar. Outras chutaram as viaturas e tentaram agredir os policiais que cumpriam a ordem judicial. Muitas das manifestantes que se recusavam a deixar o local foram retiradas pelo contingente da Polícia Feminina, em viaturas da polícia. Revoltadas, algumas mulheres que se deitaram no chão também terminaram sendo arrastadas para dentro do camburão, chorando.³⁹

A operação resultou na prisão de quatro PMs e de quatro mulheres, duas delas adolescentes, de acordo Izabel Schutz Neves, da coordenação do movimento. Em um clima de comoção, houve choro de policiais femininas no momento de retirar as manifestantes. Uma mulher desmaiou e teve de ser levada ao hospital. Houve denúncia de uso de bombas de gás lacrimogêneo contra as mulheres durante a operação.⁴⁰ O comando da polícia informou que uma oficial foi agredida. Do contingente utilizado pela PM, 91 eram policiais femininas.

São conflitantes os números de mulheres detidas e de policiais que participaram da operação de retirada. Segundo o coronel Aramis Serpa, comandante da operação, foram presas três mulheres “que estavam exaltadas e avançaram contra os policiais”. Conforme as líderes do movimento, ocorreram cinco prisões e as detidas foram levadas para o 2º Distrito Policial.⁴¹ A assessoria de imprensa, por sua vez, não soube dizer quantas pessoas foram detidas. O governo informa, em sua nota, que foram utilizados 300 policiais na operação. Contudo, o número contrasta com cálculos de policiais encapuzados que estavam no local para apoiar as mulheres. Para eles, havia pelo menos 600 homens na ação, enquanto que órgãos da imprensa anunciaram a participação de 700 soldados.⁴²

Roseli Maia Brendali dos Santos e Rosicler Bonatto, duas das líderes do movimento de mulheres de PMs, foram detidas na noite de 24 de julho no 2º Distrito Policial de Curitiba por resistirem e desobedecerem à ordem judicial de desocupação de área pública (conforme lei 9099 do Código Penal). Elas foram liberadas na madrugada, após prestarem depoimento e responderão processo no Juizado Especial Criminal de Curitiba. Traumatizada, Roseli Maia, que levou vários chutes e murros durante a operação policial, fez exames de lesões corporais no Instituto Médico Legal de Curitiba.

“Vou processar os dois policiais que bateram em mim. Tenho os nomes deles, mas ainda não posso divulgá-los por orientação do meu advogado. Estou com hematomas nas pernas, barriga e braços. Isso o que fizeram foi uma violação aos direitos humanos. Tenho vergonha

³⁹ “Tropas da PM sufocam movimento de mulheres”, *Gazeta do Povo*, Curitiba, 25 de julho de 2001.

⁴⁰ “Mulheres são retiradas à força no PR”, *Folha de São Paulo*, quarta-feira, São Paulo, 25 de julho de 2001. Dos 150 manifestantes que estavam no local, cinco mulheres teriam sido presas - inclusive uma menina de 11 anos, chamada Franciele. Cf. “Tropas da PM sufocam movimento de mulheres”, *Gazeta do Povo*, Curitiba, 25 de julho de 2001.

⁴¹ “Governo usa 700 PMs para retirar mulheres de PMs”, *Folha de Londrina*, Londrina, 24 de julho de 2001.

⁴² “Mulheres de PMs são retiradas de quartel”, *Estado de São Paulo*, São Paulo, 24 de julho de 2001.

da humilhação pela qual passei. Foi um ato de covardia do governo mandar mais de 300 policiais para retirarem 30 mulheres de frente do quartel”.⁴³

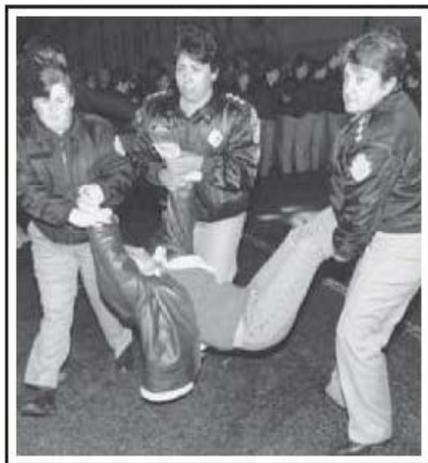


Foto: Pedro Serápio
Uma mulher que não queria deixar o local é retirada à força por três policiais femininas

Segunda ela, “não deverá participar mais do movimento porque está respondendo processo e tem medo de se manifestar”. *Durante a liberação do Quartel General, mulheres retrucavam que isso é apenas o começo, garantindo que protesto não acabou e prometiam mantê-lo.* “A manifestação não acabou, está só começando”, ameaçou Vânia Zanella. “Não fomos derrotadas, porque para tentar acabar com o protesto foram mobilizados todos estes policiais,” ressaltou. Na sua avaliação, o movimento de mulheres saiu fortalecido.⁴⁴

Na versão da PM, não houve violência na operação. Com a chegada dos policiais, uma parte das manifestantes se afastou do local. As demais mulheres optaram por uma resistência pacífica, deitando-se no chão. Oito manifestantes que resistiram ao cumprimento da ordem judicial teriam sido detidas. Não houve adesão, nem qualquer manifestação contrária à ordem judicial por parte dos policiais militares que participaram ou assistiram a desocupação.⁴⁵ Até os policiais militares que estavam encapuzados para defender suas mulheres foram confrontados pelos companheiros. “Nós estamos lutando por vocês”,

⁴³ “Mulheres de PMs presas foram liberadas”, *Folha de Londrina*, Londrina, 25 de julho de 2001. Elas terão que responder a processo penal, mas fizeram exames de lesões corporais e ameaçam processar seus agressores.

⁴⁴ “Crise na PM: Manifestantes prometem ofensiva”, *Folha de Londrina*, Londrina, 25 de julho de 2001.

⁴⁵ “Policiais cumprem ordem judicial e liberam portões do Quartel Geral”, *Agência Estadual de Notícias*, Curitiba, 25 de julho de 2001.



Foto: Gaceta do Povo

gritavam os encapuzados. “Vocês ainda vão nos agradecer.” Os policiais que fizeram a desocupação retiraram os crachás que os identificavam.⁴⁶

Ninguém conseguiu entrar nas ruas próximas ao quartel e nem mesmo a imprensa teve acesso ao local.⁴⁷ Após a retirada das barracas que o grupo de mulheres mantinha no local, o portão principal do quartel foi reaberto. Com a retirada dos manifestantes, uma barreira policial isolou o Quartel do Comando Geral da PM e cerca de 100 soldados mantiveram o Quartel Central em Curitiba cercado com o propósito de impedir o regresso das mulheres ao acampamento e garantir a volta dos PMs ao trabalho. As mulheres afirmavam que apesar da ordem judicial de despejo, não estava descartada a hipótese de acamparem novamente. Isabel Neves reafirmava que elas não iriam desistir e adiantava que uma reunião estava agendada com o objetivo de definir os rumos do movimento.⁴⁸

Foi rápida a operação para a retirada dos participantes –iniciada às 12 horas, com o recrutamento dos policiais, e concluída depois das 19 horas. Foram empregados policiais do Batalhão de Choque, do Comando de Operações Policiais Especiais, praças da Escola da PM e policiais femininas. A maioria retirou da farda a tarja de identificação.

Na avaliação do governador Jaime Lerner o movimento de mulheres de PMs tinha sido infiltrado por lideranças políticas e justificou que a ação da polícia militar de dispersão de mulheres dos PMs teve o objetivo de garantir a segurança da população.

“Estávamos preocupados com a possibilidade do movimento tentar impedir os policiais de assegurar o policiamento nas ruas. Nós estamos investindo em segurança. Instituímos o seguro de vida, compramos coletes a prova de bala, mais viaturas e armas. Além disso, concedemos remuneração especial de R\$ 100,00 de gratificação para policiais que correm risco nas ruas e de até 130% para os que servem em presídios”.⁴⁹

⁴⁶ “Mulheres de PMs são retiradas de quartel”, *Estado de São Paulo*, São Paulo, 24 de julho de 2001.

⁴⁷ Nem mesmo o deputado federal Florisvaldo Fier (PT-PR), que pretendia ver a situação das mulheres que tinham ficado no cerco. «É uma vergonha para o governo do Paraná e uma vergonha para os paranaenses», afirmou. “Mulheres de PMs são retiradas de quartel”, *Estado de São Paulo*, São Paulo, 24 de julho de 2001.

⁴⁸ “Quartel Geral da PM continua cercado por PMs”, *Gazeta do Povo*, Curitiba, 25 de julho de 2001. “PM encerra operação de retirada de manifestantes em Curitiba”, *Gazeta do Povo*, Curitiba, 25 de julho de 2001. Curitiba Em São Paulo, mulheres de PMs, policiais militares da reserva e policiais civis realizaram ontem um ato em protesto ao reajuste concedido pelo governo. Com faixas, nariz de palhaço e apitos, cerca de 600 pessoas -segundo os organizadores- participaram da manifestação no largo São Francisco (centro da capital paulista). Certificados de persona non grata para o secretário Marco Vinício Petrelluzzi foram distribuídos durante o ato. Cf. “Mulheres são retiradas à força no PR”, *Folha de São Paulo*, quarta-feira, São Paulo, 25 de julho de 2001.

⁴⁹ Lerner: “Queremos garantir segurança da população”, *Gazeta do Povo*, Curitiba, 25 de julho de 2001. A referida gratificação foi incorporada aos vencimentos dos policiais militares e no mês subsequente deixou de ser paga.

No início da noite, um pequeno grupo de manifestantes ainda permanecia acampado em frente ao 14º Batalhão da PM em Foz do Iguaçu.⁵⁰ Em Apucarana, as esposas dos integrantes do 10º Batalhão de Polícia Militar não aderiram oficialmente ao movimento.⁵¹

Tão logo a administração da PM voltou ao trabalho, o tenente coronel Neuri de Oliveira advertiu que os policiais encapuzados que foram identificados seriam punidos. “A punição disciplinar será de acordo com a gravidade de cada caso individual, indo de advertência até prisão”.⁵²

Novos personagens e público imaginado

Acreditamos que a contribuição da discussão do objeto proposto reside na análise dos novos perfis, contornos, atributos e papéis das mulheres diante dos modelos de desenvolvimento impostos pelo processo de globalização que acaba por produzir novas fronteiras e desafios, e por consequência, a exigir novas formas e estratégias de lutas políticas. Propusemos o-nos a imprimir uma nova dimensão, visando superar o nível meramente econômico, e alcançar aspectos descuidados ou desapercibidos como as múltiplas maneiras disponíveis aos oprimidos e privados da fala de oferecer resistência e canalizar politicamente suas demandas através de práticas originais e inovadoras. Ainda, a revelar marcas de sensibilidades femininas na apropriação e uso de espaços urbanos estratégicos à segurança pública em benefício dos intentos do movimento, que acabaram por imprimir novos comportamentos e tramas de resistência das protagonistas em cena.

Por outro lado, na perspectiva da abordagem de gênero e do feminismo, uma discussão mais ampliada no contexto brasileiro nos possibilita avaliar em que medida as mulheres podem avançar no conjunto, não apenas das demandas políticas, mas, sobretudo de estratégias da organização e das lutas políticas colocadas no campo da conquista e ampliação da cidadania.⁵³ Nesta perspectiva reside, entre outros tantos, um grande e provocador desafio historiográfico, que implica, sobretudo, discutir a masculinidade como uma identidade

⁵⁰ “Governo usa 700 PMs para retirar mulheres de PMs”, *Folha de Londrina*, Londrina, 24 de julho de 2001.

⁵¹ “Policiais cumprem ordem judicial e liberam portões do Quartel Geral”, *Agência Estadual de Notícias*, Curitiba, 25 de julho de 2001.

⁵² “PM cerca Quartel Central para evitar novos protestos”, *Gazeta do Povo*, Curitiba, 25 de julho de 2001.

⁵³ Nesta perspectiva, interessante recorrer a CAMURÇA, Sílvia “A política como questão: revisando Joan Scott e articulando alguns conceitos”, in ÁVILA, Maria Betânia –org– *Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade*, SOS Corpo, Recife, 2001, pp. 131-190. Igualmente importante a contribuição de ÁVILA, Maria Betânia “Feminismo, cidadania e transformação social”, in ÁVILA, Maria Betânia –org– *Textos e imagens...*, cit, pp.13-71; BRUSCHINI, Cristina y UNBEHAUN, Sandra G. –org– *Gênero, democracia e sociedade brasileira*, Fundação Carlos Chagas/Editora 34, São Paulo, 2002; CORRÊA, Marisa –org– *Gênero e cidadania*, Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero, Campinas, 2002. Sob a ótica da lógica familiar e não da perspectiva contratualista dos direitos cidadãos individuais, um exemplo que insere as mulheres em contextos que visam melhorar a condição de classe e solidariedade coletiva é o do Movimento dos Sem Terra, ligado à produção e à expropriação do capital. Não se reivindica para as “mulheres sem mordada” papel similar ao das mulheres dos Sem Terra, que acompanham seus maridos com filhos, em uma lógica de solidariedade corporativa familiar e social.

genérica, culturalmente específica e socialmente funcional, compreender porque a afirmação pública é central na condição masculina.⁵⁴

Ao longo do movimento de mulheres de PMs constatamos a organização de discursos vários, quer o da imprensa, quer o do governo do estado. Embora se considere a diversidade em algumas questões, ambos foram marcados por uma sintonia na afirmação de que o movimento era desorganizado e sofria da ausência de liderança. Na prática, as próprias matérias divulgadas por todos os jornais, locais e nacionais, eram nuançadas por dados e fatos que se contrapunham às alegações rotineiras que, aliás, faziam jus ao caráter oficial impresso pela Agência Estadual de Notícias. O acervo de fotos produzido, de significado iconográfico irrefutável, por si só é expressão da dinâmica e da contundência da ação de mulheres impressas ao movimento reivindicatório, de inequívoco caráter político.

A visibilidade do movimento das *mulheres sem mordação* foi resultado, antes de tudo, das estratégias que tais personagens inauguraram em novas cenas no enfrentamento da política de segurança pública, colocada em questão na conjuntura nacional face às greves de polícias civis e militares em vários Estados.⁵⁵ As mulheres também revelaram preparo sobre aspectos burocráticos, em particular sobre os horários de troca de turno, estratégias e eficácia do bloqueio de portões e saída de carros dos quartéis da PM, controle do esquema e do setor de abastecimento de viaturas da PM. O conjunto de conhecimentos e informações sobre tais aspectos operacionais, a apropriação e controle diuturno das funções a eles pertinentes possibilitaram a geração de fatos novos que passaram a garantir e marcar a presença do movimento nos principais meios de comunicação.

Na verdade, o movimento de esposas de PMs teve assegurado sua visibilidade local e nacional ao apropriar-se da mídia enquanto lócus privilegiado da ação política em si e superar seu caráter de mero mecanismo de divulgação de atos e discursos. É este um dos aspectos diferenciadores dos mais modernos movimentos sociais que se distanciam daqueles da fase pré-política, quando o diálogo e a negociação eram inviáveis, pois se valem do uso

⁵⁴ Vale a pena recorrer à afirmação de que todo ato masculino pressupõe um público imaginado ao qual há que se demonstrar a quem cabe o controle da situação, quem é o mais forte, para estar à altura do poder social reconhecido a seu sexo. Que a masculinidade “é um código incorporado a uma organização de uma sociedade e que faz parte de suas estruturas”. TOLSON, Andrew *The limits of masculinity: male identity and the liberated woman*, Harper and Row, New York, 1977, p. 7 y ss.

⁵⁵ Um bom exemplo disto é a proposta do Sindicato dos Delegados de Polícia de São Paulo. Um curso para ensinar as mulheres de policiais militares a invadir ou bloquear a entrada de companhias e batalhões da Polícia Militar é a mais nova arma das entidades de classe das Polícias Civil e Militar para a campanha salarial em São Paulo. “Vamos ensinar desde aspectos jurídicos até noções de psicologia”, afirmou o presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia, Paulo Siqueto. O curso deverá ser ministrado na sede da Associação dos Oficiais da Reserva da PM. “Devemos estar preparados para a possibilidade de o governo se negar a negociar. Se não houver acordo, a alternativa será extremar o movimento”, afirmou. O curso deverá ter 20 horas de duração, divididas em quatro dias. As mulheres também devem ser instruídas sobre aspectos burocráticos, como os horários de troca de turno, para que saibam bloquear a saída de carros dos quartéis. As entidades de classe da polícia defendem reajuste salarial de 41,04% para todos os funcionários da Secretaria da Segurança Pública. “Mulher de PM aprenderá a bloquear quartéis”, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 24 de julho de 2001.

de meios avançados de comunicação, a exemplo da mídia, de computadores e da Internet. Não basta, pois, criar fatos novos, mas é preciso que gerem impactos em amplos setores da opinião pública. Em termos práticos, os meios de comunicação tanto se prestam a objetivos do governo como do feminismo e para isto é preciso ocupar as brechas de acesso dispostas aos movimentos de mulheres, a quem resta, contudo, cuidar de imprimir conteúdo e densidade aos discursos.⁵⁶

Do mesmo modo, é interessante retomar o julgamento equivocado do governador Jaime Lerner ao afirmar que o movimento de mulheres de PMs tinha sido infiltrado por lideranças políticas. Na verdade ele instituiu um paradoxo. Esta sua atitude pretende negar não apenas o expressivo aspecto de politização das mulheres, cujas demandas representavam reivindicações particulares de um contingente da população vedado de participar de movimentos sociais, mas, sobretudo a liderança das esposas de PMs. Contudo, ele acaba por admitir formalmente o caráter organizativo, em forma de movimento. Idêntica contundência de significado reside na manifestação do Secretário de Justiça: “Elas que voltem para as suas casas para cuidar de suas vidas”. O Estado não só outorga estatuto e estende atributos ao movimento de esposas de PMs. Sobretudo, reconhece a expressão de gênero e práticas políticas de mulheres em um dos mais significativos movimentos sociais urbanos do Paraná recente. Cabe-nos, portanto, reafirmar o pressuposto de que a busca das estratégias e táticas de ação nos revela não só as articulações políticas do movimento de mulheres de PMs, mas, sobretudo, o percurso para a análise da circunscrição político-partidária de seus militantes, que se traduz a partir de agora em fase subsequente de pesquisa.

Afirmar que as mulheres de PMs foram simplesmente porta-vozes de seus maridos seria reducionismo demasiado. Tal juízo se constituiria em desqualificador de todas as práticas femininas vivenciadas no âmbito dos momentos distintos do movimento em nível de todo o estado do Paraná. A iconografia do movimento dá conta de ilustrar os novos perfis e atributos de mulheres em situações de confronto com o aparato repressor do Estado apegado a instrumentos truculentos de controle dos movimentos sociais, indistintamente rurais ou urbanos.

Esta mesma conjuntura de crise na segurança pública comportou inúmeras manifestações grevistas e reivindicatórias de policiais civis e militares e outros Estados. No Rio Grande do Sul, a Federação das entidades de classe da área de segurança encaminhou ao governo do estado uma proposta de reajuste de 25%. No Distrito Federal, as negociações giravam em torno de 28% e cogitava-se a hipótese de paralisação em caso de insucesso nas pretensões. No Estado de São Paulo, as entidades lutavam por 41% de incremento no salário-base e a contrapartida do governo foi reajuste de 6 a 10% no salário base e de 30 a 35% no piso salarial. Em Pernambuco, policiais civis iniciaram greve em 3 de julho, reivindicando aumento de 28%, contudo, a greve foi julgada ilegal. Na Bahia, a paralisação

⁵⁶ Nesta direção estão as idéias de JORDÃO, Fátima Pacheco cujo artigo “Desenvolvimento de estratégias e táticas de comunicação no espaço da mídia de massa”, in *Revista de Estudos Feministas*, V. 8, núm. 2, UFSC, Florianópolis, 2000, pp. 243-256.

dos policiais teve início em 5 de julho, estendeu-se por 13 dias e culminou com o aceite de reajuste de 21%. Em 18 de julho, os policiais civis e militares de Alagoas iniciaram um movimento grevista, reivindicando salário-base de R\$ 1200. No Pará, por sua vez, a pretensão era reajuste de 30%, com a proposta de greve a partir de 1º de agosto.

E, em boa medida, o tratamento que o governo do Paraná dispensou ao movimento de *mulheres sem mordação* derivou da solução que o governo federal impôs à greve dos policiais militares de Tocantins, contrastante com as intervenções negociadas nos movimentos reivindicatórios de vários Estados.⁵⁷ Em Palmas, cabos e soldados da PM tomaram com as famílias o quartel do 1º Batalhão, em movimento iniciado em 22 de maio de 2001 que se estendeu por 12 dias e coincidiu com a primeira fase do movimento de esposas de PMs no Paraná. Os 11 quartéis do Estado de Tocantins foram ocupados por PMs grevistas, mulheres e crianças, sendo que viaturas, armamentos e munição ficaram sob controle dos grevistas, vislumbrando-se um cenário de confronto com as tropas federais chamadas para cercar os quartéis.

A título de conclusão, julgamos interessante observar mudanças significativas na composição do mundo urbano paranaense, especialmente as cidades de médio porte, marcadas por novas atitudes e comportamentos políticos que, em geral, se associam a experiências políticas oposicionistas. Além disso, a conjuntura política paranaense de 2001 comportou outros elementos distintivos. Uma forte pressão popular contra o processo de privatização da Companhia Paranaense de Energia Elétrica resultou na mobilização de vários setores da população, com destaque para a manifestação estudantil e de trabalhadores. A isto se associa o clima tenso entre os servidores públicos que demandavam por um novo plano de cargos e salários e por reajustes salariais, aos quais se juntaram os policiais militares. Neste cenário merece destaque o longo processo reivindicatório de professores de primeiro e segundo grau, bem como dos servidores das universidades, sem reajuste de salário desde 1995. Não devemos deixar de considerar os respingos políticos dos resultados das urnas de 2000 em todo o Estado, nuançados pelos votos contestadores ao governo reeleito, bem como as perspectivas políticas de forças oposicionistas que se colocavam face ao novo pleito eleitoral de 2002.

Maringá, setembro 2003

⁵⁷ A reivindicação era um reajuste de 47% e direito à gratificação por risco de vida. Todas as viaturas e armamentos de Tocantins estão sob o controle dos grevistas. São espingardas, revólveres, fuzis e até granadas. “Nós não queremos trocar tiros com ninguém, mas se for preciso usaremos o que temos para nos defender”, disse o sargento Emanuel Aragão da Silva, líder do movimento grevista. Além do Exército, a Polícia Civil foi encarregada da segurança da cidade. Contudo, o problema é que o armamento e a munição dos policiais civis também ficaram estocados no quartel do 1º Batalhão. “Exército pode invadir o quartel da PM em Tocantins”, *A Tarde*, 29 de julho de 2001.